

"Prepare o seu coração pras coisas que eu vou contar",

diz um cantador conhecido nosso, Geraldo VANDRÉ.

Recorro ao VANDRÉ para iniciar minha conversa porque acho bonita essa coisa de "preparar o coração" para certos momentos. A imagem que me ocorre é a de ter um tempo disponível de arranjo de idéias, de criação de espaço para instalar as coisas que chegam, de uma expectativa - misto de mistério, desejo e até desconfiança. Pois o cantador mesmo já adverte:

"Eu venho lá do sertão e posso não lhe agradar".

Na verdade, minha advertência guarda uma esperança - a de agradar, agrado que vem, de início, da possibilidade de refletir sobre um tema significativo para todos nós - o da autonomia.

É extremamente oportuna, neste momento, uma reflexão a propósito da questão da autonomia no trabalho da educação, especialmente na prática dos diretores de escola. Ela nos remete a um questionamento sobre o significado das ações que se desenvolvem na coletividade de que fazemos parte e na qual temos um papel específico a desempenhar. E o núcleo desse questionamento é exatamente a pergunta pelo que **podemos** fazer, pela presença da liberdade no nosso espaço de trabalho.

1 Mestra em Filosofia da Educação e Professora da Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP.

Devemos refletir sobre o tema da autonomia como **projeto**. Ora, um projeto é algo que se constrói com vistas ao futuro - ele aponta para algo que está **por vir**. Nosso pressuposto é, então, o de que a autonomia, assim como a liberdade, é algo a ser construído - não está dada, garantida já em nossa prática.

A questão da liberdade se coloca sempre articulada à idéia de determinismo, que é algo que encontramos na natureza. Aí, as coisas já estão organizadas de uma determinada maneira, independente da vontade e da ação humanas. É superando as condições da natureza que se instaura um mundo humano, definido pelo estabelecimento do *ethos*.

Nossa reflexão, aqui, se dá no espaço de uma **filosofia da educação** - de um esforço em busca de **compreensão** da ação educativa, isto é, do **sentido** de nossa prática. E nós estamos procurando fazê-la de uma perspectiva **ética**. É comum vermos confundirem-se, ou identificarem-se, no cotidiano, os conceitos de **ética e de moral**. Não sem razão. Se recorrermos à origem etimológica das palavras, vamos encontrar os vocábulos *ethos* (grego) e *mores* (latino), que significam, ambos, **costume**. *Ethos*, na verdade, tem predominantemente o significado de **caráter, jeito de ser**.

Costume remete-nos à criação cultural. Não há costume na natureza. O costume resulta no estabelecimento de um valor para a ação humana, que é criado/conferido pelos próprios homens, na sua relação uns com os outros.

"O ethos é a casa do homem. O homem habita sobre a terra acolhendo-se ao recesso seguro do ethos." (2)

Com o estabelecimento do costume, do estilo de vida, o homem rompe com a necessidade estabelecida na *physis*, na natureza, e constrói um modo de vida que é fruto de sua liberdade.

"Em cada uma das esferas de relações que irão se inscrever na grande esfera da sociedade, a praxis humana apresenta peculiaridades que se traduzirão em formas particulares do ethos. O indivíduo trabalha e consome, aprende e cria, reivindica e consente, participa e recebe: a universalidade do ethos se desdobra e particulariza em ethos econômico, ethos cultural, ethos político, ethos social propriamente dito. Essas particularizações do ethos são outras tantas mediações através das quais a praxis do indivíduo se socializa na forma de hábitos." (3)

É a partir da superação da *physis*, da natureza, que temos instaurada a instância do dever, da regra, do *pomos* no contexto humano. Na verdade, é o estabelecimento desse *pomos* mesmo que permite que se fale em espaço verdadeiramente humano, o da cultura. O professor Flávio Di GIORGI nos ajuda a compreender melhor isto quando se refere à "aventura estranhíssima do homem não se conformar com o mundo que está aí, e querer criar um mundo diferente, que é a cultura, ato pelo qual ele vai do *honro sapiens* a ser *humano*"(4). Temos aí a intervenção criadora da liberdade, definindo o mundo, criando valores, fazendo escolhas e determinando de que forma organizar a vida.

2 Henrique C. Lima VAZ. Escritos de filosofia 11 - ética e cultura. São Paulo: Loyola, 19118, p. 12/13.

3 Idem, ibidem, p. 22.

4 Flávio Di GIORGI. Os caminhos do desejo. In: Aduino NOVAES, (org.). O deselo. São Paulo: Cia. das Levas, 1990, p. 130.

O costume - ethos - é então o ponto de partida para a constituição do *pomos*, da lei, da regra. Primeiramente, o que se tem são convenções, uma certa forma reiterativa de agir; depois uma forma de agir que é **exigida** socialmente, para que os indivíduos possam participar do contexto no qual se criaram as normas, fundadas em valores criados também pelos próprios homens. As normas, as leis são constituidoras da organização social, da *polis*. Aí já se aponta a relação entre a ética e a política. A organização social é feita pelo homem livre, a partir de determinados costumes, com uma orientação específica para aqueles que fazem parte desse contexto, no sentido de dela participarem. A *nomia*, a organização da *polis*, propõe-se a evitar algo que, deixado à *physis*, perderia seu caráter humano. Podemos até dizer que a passagem da *physis* ao ethos é como um trânsito do caos ao cosmos, da indefinição para a definição.

No terreno das ações, das definições humanas, é que se coloca a questão da auto-nomia. O significado de autonomia nos remete para regras, leis, criadas pelos próprios indivíduos, sem constrangimento externo. Nossa tarefa, aqui, é verificar como a autonomia se converte em uma questão problemática para os educadores e por que ela se apresenta como elemento nuclear de um trabalho na direção de escolas.

É comum ouvirmos dos diretores a afirmação de que a autonomia é algo inexistente no espaço escolar. A Escola não tem autonomia, "a gente não tem liberdade, não tem independência - tudo o que se pode verificar é um discurso vazio". O que é necessário, portanto, como ponto de partida, é o resgate do sentido autêntico, da verdadeira significação dos conceitos de autonomia e liberdade.

A Escola tem uma autonomia relativa, afirmamos. É preciso realçar o sentido de relativa aí colocado. Em geral, relativa aí significa "em certa medida", ou até mesmo "pequena". Quando afirmamos que alguém tem uma relativa autonomia, queremos dizer que não tem **inteira** autonomia. Se relacionarmos com a questão da liberdade, encontraremos a mesma significação. Tenho uma relativa liberdade, afirmo, quando não sou inteiramente livre. Pois a questão que se coloca para nós, não só aqui, mas a todo momento em que discutimos nossa possibilidade de ação no mundo, é: quem tem inteira liberdade?; quem tem inteira autonomia? E mais ainda: o que significa inteira liberdade, inteira autonomia?

Identificar liberdade com ausência de condicionamentos, de limites, leva ao risco de um equívoco - a liberdade é algo que se experimenta em situação e não há situações em que não haja limites para os indivíduos. Uma situação é uma articulação de limites e **possibilidades**. Podemos mesmo afirmar que se é tanto mais livre quanto mais se reduzem os limites e se ampliem as possibilidades que encontrarmos nas situações que vivenciamos.

A idéia de liberdade não tem a possibilidade de ser discutida se não a associarmos à idéia de relação. Na perspectiva do ethos, na construção da *polis*, o que se verifica é que a liberdade se dá em relação. Não há homens livres sozinhos. Se tivéssemos indivíduos isolados, não haveria sentido em se falar em liberdade. Os limites e as possibilidades da liberdade se definem mesmo na **alteridade**. O outro nos diz a respeito de nós mesmos é na relação com ele que temos oportunidade de saber de nós mesmos de uma forma diversa daquela que nos é apresentada apenas pelo viés de nosso olhar.

O outro aparece, assim, como **medida** de nossa liberdade. E a alteridade de que falo não é apenas no sentido das relações singulares, de uma pessoa com outra, mas aquelas entre grupos, instituições, comunidades. Se pensamos na liberdade na Escola, devemos pensá-la na relação entre os sujeitos que aí desenvolvem sua prática e na relação destes com o contexto global da sociedade.

Costumamos associar as idéias de liberdade e autonomia com a de **independência**. Reclamamos de nossa dependência, da subordinação de nossas ações a desígnios determinados externamente, da heteronomia. O que temos, entretanto, no coletivo da polis, é uma situação de Interdependência. A autonomia não significa solidão, impossibilidade de relacionamento ou determinação de nossas leis à revelia daqueles com quem nos relacionamos - daí a idéia da autonomia relativa.

É importante pensar que é procurando siar e dar significado a algumas normas que nos estamos aproximando daquilo que é a finalidade da organização social - a realização do homem. E esta realização, que se coloca sempre como um horizonte, tem um nome específico - o bem. Mais ainda -se a realização não é a de um sujeito isolado, mas na relação com os outros, devemos adjetivar este bem -, trata-se do bem comum. Por que constituímos um ethos? Por que estabelecemos Nomos? Por que organizamos a polis? Fazemos isto com a intenção de uma realização coletiva.

Para caminhar na direção dessa realização, necessitamos, sim, explorar a nossa liberdade, procurar evitar os constrangimentos que encontramos tantas vezes, representados, por exemplo, por leis feitas sem levar em conta as necessidades concretas da sociedade. Poderíamos pensar que, se quem faz as leis são os próprios homens, elas deveriam contemplar as necessidades que mencionamos. Entretanto, o que se verifica é que muitas vezes as leis representam interesses de determinados sujeitos, de determinadas instâncias da sociedade, principalmente naquelas em que se encontram divisões de classe, por exemplo. Importa ressaltar que a criação dos deveres, das leis não tem sentido se não se considera a alteridade, a presença do outro como medida de minha existência.

Se estamos referindo-nos ao papel do diretor de escola, devemos aproximar, agora, as noções de alteridade e de autoridade. Falamos em autoridade do diretor referindo-nos a algo ganho no reconhecimento concreto da especificidade do seu papel. Papel de administrar. O primeiro sentido de administrar foi o de seguir junto, "ministrar" em conjunto. É preciso, aqui também, resgatar o sentido de autoridade, desgastado por vezes no contexto escolar. O que constatamos, por vezes, é um certo esquecimento da autoridade, um desprezo, uma negação, como se ela, por causa da referência ao exercício do poder, estivesse necessariamente ligada a uma forma de que o poder se reveste, que é a dominação. A autoridade é fundamental para o exercício do poder do diretor de escola. E com autoridade e na alteridade que se constrói a liberdade no cotidiano da Escola.

Além de estar sempre associada it idéia de relação, a liberdade deve ser considerada também como liberdade para. Para ganhar seu significado pleno, a liberdade não deve ser apenas possibilidade de escapar dos constrangimentos, mas de ter uma Intencionalidade, uma perspectiva de ação:

"A liberdade é sempre liberdade para algo e não apenas liberdade de algo. Se interpretarmos a liberdade apenas como o fato de sermos livres de alguma coisa, encontramos-nos no estado de arbítrio, definimo-nos de modo negativo. A liberdade é uma relação e, como tal, deve ser continuamente ampliada. O próprio conceito de liberdade contém o conceito de regra, de reconhecimento, de intervenção recíproca. Com efeito, ninguém pode ser livre se, em volta dele, há outros que não o são."(5)

5 Agnes HELLER. Para mudo e vide. São Paulo - Brasiliense, 1982, p. 166.

Dessa maneira, podemos questionar uma afirmação que se repete com frequência entre nós, e que faz parte de um ideário liberal - "Minha liberdade acaba onde começa a do outro.". Se a liberdade pressupõe a relação, minha liberdade acaba quando a do outro acaba, e só começa quando começa a do outro.

Assim como a liberdade, a autonomia acontece em relação. É por isso que afirmamos que a autonomia da Escola é relativa. Ela não significa possibilidade de agir independentemente daqueles que estão à nossa volta no contexto em que trabalhamos, significa justamente agir levando-os em consideração.

"Autonomia significa que somos responsáveis por nossas ações, já que elas decorrem de nós mesmos; e devemos sempre supor que poderíamos ter agido de outro modo. Relativa significa que a situação social concreta e as diversos sistemas normativos definem os limites no interior dos quais podemos interpretar e realizar determinados valores. "(6)

E quando falamos em relação, no trabalho que se realiza na Escola, devemos pensar na relação com todo o contexto, como vimos, e não apenas com o espaço educativo institucional.

Assim, é preciso considerar a autonomia não apenas em relação aos órgãos da Secretaria da Educação, que são em geral os considerados quando se fala da autonomia na Escola, mas em relação a todo o contexto social, à comunidade, àqueles a quem prestamos serviço. Temos imposições de todas as direções e devemos construir, com autonomia, o ethos de nossa Escola.

"O ethos é a casa do homem", dissemos. A casa do homem nunca está pronta; ela é construída todo dia pelo homem. Ela não é construída sem restrições, mas podemos e devemos explorar as possibilidades de que dispomos, no sentido de fazê-la ganhar a feição que queremos.

É nosso propósito considerar a autonomia como **projeto**, como algo a ser construído num **horizonte ético-político**. Horizonte ético-político porque diz respeito a uma ação que está no campo da moralidade. E aí encontramos, como núcleo dessa ação, a noção de **responsabilidade**. Estamos sempre respondendo às exigências do dever, do bem. Diante da lei, do dever, temos duas possibilidades: a obediência e a transgressão. A transgressão faz parte do ethos - dizemos até que o ethos talvez seja a primeira transgressão contra a natureza. As transgressões são construtoras da história, de leis diferentes daquelas que nos regem em um determinado momento. São significativas quando representam uma desobediência no caminho da responsabilidade e do bem comum.

Diz VANDRÉ, na canção que mencionamos:

*"Aprendi a dizer não,
ver a morte sem chorar
a morte, o destino, tudo
estava fora do lugar -
eu vivo pra consertar".*

(6) Agnes HELLER. Op. cit., p. 151.

Dizer não ao dever duvidoso, à norma injusta significa dizer sim à procura da realização do bem comum, esforço para "consertar" o que identificamos como destituído de significação para nossa vida e nosso trabalho.

O trabalho da construção da autonomia, que se apresenta como um projeto, parte da constatação de que ainda não temos a autonomia configurada da forma como julgamos que ela deveria ser. Entretanto, temos já em nossas escolas algumas condições que poderão ser exploradas, como ponto de partida de nosso caminho. O que se requer dos educadores, para essa tarefa, é, fundamentalmente, **competência**. Construir ética e politicamente a autonomia não teria significado senão se aliassem à perspectiva ético-política a dimensão técnica, o domínio seguro de conhecimentos específicos, a utilização de uma metodologia eficaz, a consciência crítica e o propósito firme de ir ao encontro das necessidades concretas de sua sociedade e de seu tempo.

Se falamos na realização do bem comum, e na necessidade de nossa participação em sua construção, não podemos esquecer que nossa prática se dá na Escola **pública**, na Escola que deve estar **aberta para todos**, socializando de forma competente, com qualidade, o saber que historicamente se vai construindo e conquistando. Aos diretores, em sua função de articuladores de projetos, se apresenta o desafio de "fazer a hora", ampliar a autonomia, a liberdade para o exercício da cidadania, do trabalho coletivo e realizador.

Referências Bibliográficas

- COMPARATO, Fábio Konder. *Educação, estado e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Di GIORGI, Flávio. Os caminhos do desejo. In: NOVAES, Adauto (org.) *O desejo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- HELLER, Agnes. *Para mudar a vida*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- RIOS, Terezinha A. *Educação, ética e política: reflexão sobre noção de competência na prática educativa*. Tese (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1988.
- . *Significado e pressuposto do projeto pedagógico*. In: *O diretor - articulador do projeto da escola*. São Paulo: FDE, 1982. (Série Idéias 15).
- VAZ, Henrique C. Lima. *Escritos de filosofia II - ética e cultura*. São Paulo: Loyola, 1988.
- VÁZQUEZ, Adolfo. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.